

# O nome da rosa: duas perspectivas\*

MARIA ISABEL BESSA FEVEREIRO\*\*

## RESUMO

Analisando «O nome da rosa», aborda-se a biblioteca-instituição na sua ambiguidade. Perspectivam-se a tradição e a modernidade, que se cruzam ao longo de toda a obra, e assinala-se que o recurso à simbologia introduz um vigor e uma vivacidade ausentes dos manuais de biblioteconomia.

## ABSTRACT

«The name of the rose» is analysed and the library is approached in its ambiguity. Tradition and modernity, intercepting each other through the whole work, are put in perspective and the use of symbolism is emphasized as bringing in the energy and the vividness totally absent from librarianship manuals.

Ao analisar a obra de Umberto Eco, «O nome da rosa», sou posta perante duas perspectivas diferentes que coexistem dentro do texto, perspectivas essas que se destacam isoladamente, mas que, no entanto, se complementam: uma é a da caracterização (retrato) no tempo e no espaço, da biblioteca monástica da Idade Média; a outra é a da tipificação (estilização) da biblioteca de todos os tempos, ou seja, a definição das suas principais linhas de força, que são constantes e que dizem respeito não só ao passado como à actualidade. Esta relação entre a biblioteca do passado e a do presente está bem patente no texto — há uma visão actual, uma perspectiva que pertence aos nossos dias que está expressa de forma inequívoca; são os olhos de hoje que olham para trás, mais, é a nossa realidade que se explica, que se revela, que, por assim dizer, se exprime através de uma extrapolação simbólica que nada exclui à precisão das

---

\* Trabalho inicialmente apresentado na cadeira de Indexação por Assuntos I, Curso de Especialização em Ciências Documentais, Faculdade de Letras de Lisboa, 1985/1986.

\*\* Aluna do CECD, opção Arquivo.

situações focadas, antes lhes imprime (com génio artístico) vigor e emoções estranhas aos tradicionais manuais de biblioteconomia.

«... a biblioteca, ela é reserva de saber...»  
— in Eco, U. — O nome da rosa

«... la bibliothèque est un conservatoire des connaissances...»<sup>1</sup>

## 1. A BIBLIOTECA — FUNÇÃO DE ARMAZENAR

A sobrevivência do homem, espécie eminentemente social, depende das suas instituições e dos seus costumes culturais. A cultura é o traço definidor que distingue o homem do restante mundo animal, entendendo-se por «cultura tudo o que foi obtido pelos seres humanos e que não tenha sido fisicamente herdado»<sup>2</sup>. Mas, se a cultura não se herda fisicamente, isto é, se o ser humano não é portador à nascença de uma herança cultural adquirida pela espécie ao longo de muitos séculos de evolução, o mesmo não acontece colectivamente. Individualmente cada ser humano tem de aprender tudo desde o início, embora colectivamente exista, na realidade, uma herança cultural que permite à humanidade avançar permanentemente a partir do ponto de evolução a que chegou. A Cultura é, pois, simultaneamente um produto social e uma propriedade social — a sociedade vai progressivamente herdando a cultura acumulada, ao mesmo tempo que a vai acrescentando de uma forma criativa. Em suma, a cultura é acumulável e transmissível e é neste facto que reside a capacidade de progresso da espécie humana; e essa cultura «é criada e mantida pelos sistemas de comunicação da sociedade (e) o documento nas suas múltiplas manifestações desempenha um papel vital neste processo»<sup>3</sup>. O documento escrito, o livro, é deste modo um suporte que funciona como a memória de um determinado facto ou pensamento; e, se o livro é a memória de um determinado pensamento, então a biblioteca assume uma função de memória colectiva e universal — ela é a grande memória cultural da humanidade.

A biblioteca situa-se exactamente nos sistemas de comunicação da sociedade, preenchendo essas funções de «acumular» e «transmitir». Sendo «depositária da herança cultural», a biblioteca é, antes de mais, uma instituição social que corresponde aos interesses da sociedade que a cria e destina-se a servir essa mesma sociedade.

«O próprio saber que as abadias tinham acumulado era agora usado como moeda de troca, razão de soberba, motivo de ostentação e prestígio...»

— in Eco, U. — O nome da rosa.

«... les bibliothèques font partie des ressources nationales»<sup>4</sup>.

## 1.1 A BIBLIOTECA — CENTRO DE PODER

Sendo a biblioteca um «depósito de saber», ela é também, por inerência, um centro de poder. Na realidade, cultura e poder estão indissociados ao longo da história — «Sabedoria é Poder», escreveu Francis Bacon no séc. XVII<sup>5</sup>. No passado como na actualidade, poder é sinónimo de conhecimento, informação. As grandes civilizações da antiguidade, como as grandes potências dos nossos dias são exactamente aquelas que possuem maior volume de informação; assim, observamos que «... existe um mercado de equilíbrio na distribuição e disponibilidade da informação mundial armazenada... a maior parte reside nas bibliotecas e bancos de dados das nações industriais avançadas...»<sup>6</sup>.

Se na Idade Média, os mosteiros com as suas bibliotecas constituíam núcleos culturais quase exclusivos, eles constituíam igualmente centros de poder — o clero e as ordens religiosas preenchiam uma força social, económica e política de importância nuclear. De resto, a cosmovisão cristã medieval é expressão directa da posição vital que as ordens religiosas ocupavam na organização social da época. O mosteiro detinha conhecimentos, fazia delés a sua propriedade exclusiva e guardava-os zelosamente reconhecendo-lhes a preciosidade; deste modo, o seu prestígio e a sua riqueza estavam na razão directa do número e da realidade dos códices que a sua biblioteca continha — eles eram a expressão real do seu poder.

Em todas as épocas se constata a preocupação por parte das forças no poder de controlar, deter e utilizar os meios de informação. Modernamente as bibliotecas são reconhecidas pelos governos como instrumentos sociais de importância vital que contribuem para o progresso económico e social dos povos, a que está ligada a ideia de elas serem depositárias de matéria prima valiosa, ou seja, de «bens culturais». Assim sendo, a distribuição desigual do conhecimento é em si mesma reveladora de uma desigual distribuição do poder, tanto a nível mundial como a nível da estratificação social das nações.

A ligação biblioteca/poder é tão estreita que qualquer mudança a nível político nela se reflecte invariavelmente, e não podemos esquecer que elas, não raro, são utilizadas como armas de propaganda ideológica e manipulação da opinião pública. — «... Nazi Germany libraries were made a part of the propaganda system...»<sup>7</sup>. Na verdade, a maneira como a sociedade vai encarando as suas bibliotecas é expressão directa das diferentes mentalidades dominantes. Na Idade Média «... a biblioteca era ao mesmo tempo a Jerusalém celeste e um mundo subterrâneo nos confins

entre a terra incógnita e os infernos... Os monges estavam habituados a considerar a biblioteca um lugar sagrado...» (in Eco, U. — O nome da rosa). Atribuía-se um carácter sagrado ao conhecimento — dádiva divina — o qual deveria ser utilizado segundo os preceitos da igreja; assim, o conhecimento era simultaneamente sagrado e perigoso, uma vez que era «testemunho da verdade e do erro» (in Eco, U. — O nome da rosa).

«...um certo livro... tinha sido arruinado pelos ratos... O saber não é como a moeda que permanece fisicamente íntegra... ele é antes como um fato belíssimo, que se consome»  
— in Eco, U. — O nome da rosa.

«... Preservation... is... perhaps the most difficult task of all... the location of books in repositories will not alone guarantee their survival»<sup>8</sup>.

## 2. A BIBLIOTECA — FUNÇÃO DE CONSERVAÇÃO

Desde sempre que na biblioteca à ideia de «armazenar» esteve ligado o sentido da «preservação». O livro é suporte frágil e a sua conservação é ameaçada não só pelas agressões naturais do ambiente, como pelas inerentes ao próprio suporte.

Na Idade Média a questão da conservação era uma das mais delicadas e ela impunha, com frequência, limites ao acesso: «Que se deveria fazer? Cessar de ler, somente conservar?» (in Eco, U. — O nome da rosa). A reprodução constituía a única forma de combater a destruição e esta era trabalhosa e lenta.

A conservação tem sido preocupação constante de responsáveis e bibliotecários de todos os tempos e hoje em dia técnicas sofisticadas estão ao dispor da biblioteca no que respeita à conservação e ao restauro. No entanto, o problema da preservação não se põe apenas em termos pontuais — ela é uma questão mais ampla e que ultrapassa as próprias paredes da biblioteca. «Just as society creates libraries, so does it conserve them. That libraries are conserved by society is one of the clearest principles to emerge from any library history»<sup>9</sup>. Se o livro é suporte frágil, ele é-o tanto mais uma vez que se insere num ambiente cultural, numa sociedade, que se caracteriza por uma extrema fragilidade; a instabilidade social, a violência, a degradação ecológica do planeta, a guerra, a ignorância e tantas outras calamidades sociais constituem, sem dúvida, ameaças concretas à vida da cultura e da biblioteca. Sendo a biblioteca uma criação da sociedade e correspondendo às necessidades reais dos seus membros, é à sua vontade colectiva (e à expressão que dela se faz no poder) que cabe, em primeiro lugar, a responsabilidade da sua conservação.

«Estavam produzindo novos livros... a biblioteca...  
era portanto uma coisa viva...»  
— in Eco, U. — O nome da rosa.

«Libraries must grow»<sup>10</sup>.

### 3. A BIBLIOTECA — FUNÇÃO DE COLECIONAR

À necessidade de «armazenar» e «conservar» desde sempre esteve também associada a ideia da constituição de colecções, ou seja, a noção de não apenas preservar a «memória» adquirida, como também a de a ir acrescentando com novos elementos. A biblioteca não é, portanto, estática; ela tem vida — vai crescendo à medida que a sociedade a vai alimentando com os seus novos conhecimentos e experiências, e como memória colectiva vai-se actualizando (à semelhança da memória humana individual). E, assim como o pensamento humano não pode ser interpretado como um facto isolado e restringido a determinado pensador, filósofo ou cientista, mas sim como parte de um todo que define a evolução da humanidade, assim também um livro não pode ser entendido apenas isoladamente e só adquire o seu pleno significado quando integrado como referência no todo da memória colectiva — «... os livros falam dos livros, ou melhor, é como se falassem entre si... a biblioteca... era... o lugar de um longo e secular susurro, de um diálogo imperceptível entre pergaminhos e pergaminhos...» (in Eco, U. — O nome da rosa).

A herança cultural da humanidade, armazenada e conservada nas bibliotecas, possui como que uma vida própria que surge da relação dos vários documentos entre si e que os transforma numa realidade global de interdependências. Um livro é portador de uma referência no tempo e no espaço que o torna membro de uma rede universal de livros, relacionando-o não só com o passado e o presente como também com o futuro. «Um livro existe como parte de uma rede de outros livros. Fica devedor de muitos livros e a sua existência estimula a escrita de outros»<sup>11</sup>.

Na Idade Média a função de coleccionar estava directamente relacionada com a reprodução, com o «scriptorium». Na realidade, o «scriptorium» não tinha apenas a seu cargo a questão da conservação; ele era, além disso, um verdadeiro serviço de aquisições da biblioteca do mosteiro. A esta tarefa, aliás, dedicavam os mosteiros especial atenção, envolvendo nela grande parte dos seus membros. Tarefa morosa e árdua, também envolta em carácter sagrado (missão divina), ela explica a raridade e a preciosidade do livro na época.

Na actualidade a situação é completamente diferente. O aparecimento do livro impresso veio alterar profundamente a questão das aquisições, sobretudo a partir da explosão documental verificada a partir de finais do séc. XIX. Hoje vivemos uma época de excesso de informação e o problema da aquisição passou, pois, a ser uma questão de selecção. Esta situação

trouxe a necessidade de definir claramente diversos tipos de bibliotecas, diferenciadas essencialmente pelo tipo de colecções que constituem, de acordo com os seus objectivos e o público que servem.

«O bem de um livro reside em ser lido... Sem um olho que o leia, um livro é portador de signos que não produzem conceitos, e portanto é mudo»  
— in Eco, U. — O nome da rosa.

«... a library which stored but which did not disseminate knowledge was a — Talent digged in the ground — and as such was useless»<sup>12</sup>.

#### 4. A BIBLIOTECA — FUNÇÃO DE DIFUSÃO

A história das bibliotecas poderia ser contada como a história do seu acesso, uma vez que a difusão é a sua razão de ser, o seu objectivo. Sendo a biblioteca uma instituição social que tem por finalidade servir a sociedade que cria, parece evidente que ela se destina a todos sem excepção. No entanto, problemas de acesso de índole diversa existiram, existem e a biblioteca só se cumprirá plenamente se no futuro for possível derrubar as barreiras que impedem o acesso generalizado à informação. Na verdade, «... o problema fundamental da informação na sociedade contemporânea não está no armazenamento, mas no acesso e pesquisa...»<sup>13</sup>.

Em linhas muito gerais podemos distinguir dois tipos de origens nos problemas de acesso à biblioteca: os que se relacionam directamente com o binómio biblioteca/poder; e os que dizem respeito a falhas e erros de comunicação da biblioteca e do bibliotecário.

«... assim uma biblioteca não é um instrumento para distribuir a verdade mas para retardar a sua aparição?... Eu sou um estudante e tenho o direito de saber, eu vim dos confins do mundo para conhecer a biblioteca e a biblioteca permanece fechada...»  
— in Eco, U. — O nome da rosa.

«The weapons of authority remain the same, and power is still wielded mainly by all arts of the written and recorded word»<sup>14</sup>.

##### 4.1 PROBLEMAS DE ACESSO — BIBLIOTECA/PODER

Os problemas de acesso que se relacionam com o binómio biblioteca/poder, exprimem-se, frequentemente, na existência de barreiras que

separam a população informada da não informada; em largas camadas da população a pobreza e o sub-desenvolvimento cultural constituem reais obstáculos ao acesso à informação. Por outro lado, a relação biblioteca/poder pode, ainda, criar condições propícias ao abuso do poder que se traduzam em formas de censura ou de distorção da informação, situação, aliás, da qual a nossa memória guarda ainda uma recordação bem recente.

Ao debruçarmo-nos sobre a história das bibliotecas verificamos que o princípio de que as bibliotecas são para todos não esteve sempre presente, antes foi um pressuposto que se conquistou à semelhança de tantos outros de que a história nos dá testemunho. Na Idade Média o acesso à biblioteca era extremamente restrito e limitado. A biblioteca do mosteiro destinava-se essencialmente à divulgação interna; era uma biblioteca fechada sobre si mesma, dedicada sobretudo à conservação, não incluindo nos seus objectivos a difusão para além das suas paredes. E, mesmo dentro do mosteiro a situação não era de total acesso; havia uma censura, fundamentada na cosmovisão cristã medieval, que dividia os códices em vários tipos (biblioteca «comunis» e biblioteca secreta) — «...um livro preverso... Um livro que contém uma sabedoria diversa da nossa.» (in Eco, U. — O nome da rosa). Deste modo a biblioteca monástica medieval pouco mais era do que um armazém de livros.

O acesso à biblioteca vai-se modificando à medida que a sociedade aperfeiçoa as suas formas de organização social e a sua mentalidade evolui. Com o advento das universidades o livro inicia um processo de «democratização» que culmina na descoberta da imprensa e vem a ter a sua expressão mais alta na explosão documental dos nossos dias. No entanto, essa «democratização» do livro e do documento não se exprimiu ainda numa democratização efectiva do acesso. Nesse sentido a humanidade tem ainda um longo percurso a percorrer e só então a biblioteca se poderá verdadeiramente assumir na sua função eminentemente social — a difusão.

«... dizer a um estudioso perplexo que livro deveria procurar no catálogo da biblioteca, e quase em que folha encontraria a referência... Ele era, em suma, a própria memória da biblioteca...»  
— in Eco, U. — O nome da rosa.

«... uma biblioteca sem um catálogo de assuntos é uma biblioteca sem vida e sem memória... sarcófago do saber...»<sup>15</sup>

#### 4.2. PROBLEMAS DE ACESSO — ERROS DE COMUNICAÇÃO DA BIBLIOTECA E DO BIBLIOTECÁRIO

Existem, no entanto, problemas de acesso e recuperação da informação que estão directamente relacionados com erros de comunicação da

biblioteca e do bibliotecário. Para que a biblioteca possa efectivamente cumprir a sua função de difundir não basta que possua documentação; esta antes de ser tratada não tem utilidade — é necessário tratá-la, processá-la, de modo a produzir informação. Torna-se, pois, essencial que a biblioteca possua uma forma de organização documental que lhe permita abranger através de registos e referências diversas a descrição de conteúdo e a identificação física da totalidade dos seus fundos. Os catálogos são, por excelência, as formas ordenadas de referenciar e registar todas as unidades que compõem a colecção de uma biblioteca — eles são, no fundo, a própria memória da biblioteca.

No entanto, o catálogo nem sempre assumiu a forma, e até a importância, que possui hoje em dia. Na Idade Média existia já a preocupação de registar em catálogo todas as existências de uma biblioteca, utilizando-se para o efeito livros próprios onde o leitor poderia localizar a referência pretendida. Esse catálogo primitivo (revelador já de uma necessidade de organização e referência) irá, porém, sofrer profundas transformações e evoluções, testemunhando as crescentes necessidades das bibliotecas à medida que estas se desenvolviam, atingindo as proporções com que agora as conhecemos. Com a explosão documental o aperfeiçoamento dos catálogos impôs-se definitivamente, reconhecendo-se que só eles permitiam o controle da informação veiculada pela biblioteca; só através deles a biblioteca toma consciência de si mesma e adquire a sua identidade, pois é através deles que a cede.

Na questão dos problemas de acesso à informação há ainda a considerar as relações entre o bibliotecário e o utilizador. O bibliotecário é o intermediário entre o utilizador e o documento, sendo, portanto, imprescindível que se estabeleça um processo de comunicação (sem falhas e sem erros) que permita uma difusão efectiva da informação. «To succeed in our role as keepers of the record, we must above all be communicators... it stems from a awesome task of transmitting the collective memory from one generation to the next.»<sup>16</sup> É imperativo que o bibliotecário aceite plenamente esta responsabilidade e se consciencialize da sua dimensão real de profissional da informação, integrando-se num ambiente cultural mais amplo dos sistemas de comunicação da sociedade. Esta consciência de si próprio que o bibliotecário conquista traz-lhe não só responsabilidades acrescidas como também uma identificação mais rica e mais completa da sua actividade.

A imagem pública da biblioteca está, em grande medida, dependente do bibliotecário, da sua capacidade de comunicar e do seu empenhamento social; promover um sistema aberto da sua instituição é dever de todo o profissional da informação. A inacessibilidade pode revestir as mais diversas formas e pode, com alguma frequência, ser imputada ao próprio bibliotecário. E a inacessibilidade é, sem dúvida, a pior inimiga da biblioteca, já que põe em causa a sua razão de existir; é a difusão que a justifica e a sua vida e a sua dinâmica podem ser medidas em termos de acesso. Se não tem acesso é uma biblioteca morta. A questão do acesso é de importância capital uma vez que dela depende a sobrevivência da biblioteca. Neste sentido o texto de Umberto Eco é de um simbolismo fantástico quando nos coloca, impoten-

temente, diante da imagem da biblioteca vitimada pela sua própria inacessibilidade...:

«Os monges estavam tão habituados a considerar a biblioteca um lugar sagrado e inacessível que não conseguiam capacitar-se de que ela fosse ameaçada por um acidente vulgar... Ela incendiou-se em brevíssimo tempo. / A biblioteca tinha sido condenada pela sua própria impenetrabilidade..., pela avariza dos seus acessos...»  
— in Eco, U. — O nome da rosa.

## RESUMO

## INTRODUÇÃO

É nosso objectivo analisar aqui, sob perspectivas diversas, as funções desempenhadas pelos vários intervenientes (entenda-se produtores, utilizadores, do sistema de informação jurídica) alguns aspectos da problemática da indexação, específicos para esta área.

Com a perfeita consciência de que se não vai fazer um estudo exaustivo nem se vão exprimir conceitos inovadores, procura-se, tão somente, reflectir sobre certos princípios a ter em conta no tratamento da informação jurídica, a luz do conhecimento muito sensível, a começar pelo envolvimento semântico do próprio conceito de justiça.

## 1. PERSPECTIVAS DOS VÁRIOS INTERVENIENTES NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO JURÍDICA

Quando se fala de informação jurídica, o nosso interlocutor, terá uma diferente percepção deste conceito, consoante o seu grau de instrução, a sua

\* Versão abreviada do trabalho apresentado ao concurso para Assessor.

\*\* Assessor no Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça.

**BIBLIOGRAFIA:**

- <sup>1</sup> BARKER, R. F. et ESCARPIT, R. — La faim de lire. — Paris: PUF: UNESCO, 1973 — p. 160.
- <sup>2</sup> WORSLEY, Peter — Introdução à sociologia. — Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983 — p. 29.
- <sup>3</sup> MAC GARRY, K. G. — Da documentação à informação: um contexto em evolução. — Lisboa: Presença, 1984 — p. 108.
- <sup>4</sup> BARKER, R. F. et ESCARPIT, R. — Op. cit. — p. 167.
- <sup>5</sup> «Nam et ipsa scientia potestas est» — Francis Bacon citado por THOMPSON, JAMES — A history of the principles of librarianship. — London: Clive Bingley; Hamden, Con.: Linnet Books, 1977 — p. 208.
- <sup>6</sup> MAC GARRY, K. G. — Op. cit. — p. 109.
- <sup>7</sup> THOMPSON James — Op. cit. — p. 89.
- <sup>8</sup> TAYLOR, Hugh A. — Archival services and the concept of user: a RAMP study. — Paris: UNESCO, 1984. — (General Information Programme and UNISIST)
- <sup>9</sup> THOMPSON, James — Op. cit. — p. 59/60.
- <sup>10</sup> Idem — p. 210.
- <sup>11</sup> MAC GARRY, K. G. — Op. cit. — p. 76.
- <sup>12</sup> John Durie citado por THOMPSON, James — Op. cit. — p. 100.
- <sup>13</sup> MAC GARRY, K. G. — Op. cit. — p. 77.
- <sup>14</sup> R. Irwing citado por THOMPSON, James — Op. cit. — p. 61.
- <sup>15</sup> PROENÇA, Raul — Anais das bibliotecas e arquivos, 2.<sup>as</sup>, 3(9) 1922.
- <sup>16</sup> TAYLOR, Hugh A. — Op. cit.

Na questão dos problemas de acesso à informação há ainda a considerar as relações entre o bibliotecário e o utilizador. O bibliotecário é o intermediário entre o utilizador e o documento, sendo, portanto, imprescindível que se estabeleça um processo de comunicação (sem falhas e sem erros) que permita uma difusão efectiva da informação. «To succeed in our role as keepers of the record, we must above all be communicators... it stems from a awesome task of transmitting the collective memory from one generation to the next.» É imperativo que o bibliotecário aceite plenamente esta responsabilidade e se consciencialize da sua dimensão real de profissional da informação, integrando-se num ambiente cultural mais amplo dos sistemas de comunicação da sociedade. Esta consciência de si próprio que o bibliotecário conquista traz-lhe não só responsabilidades acrescidas como também uma identificação mais rica e mais completa de sua actividade.

A imagem pública da biblioteca está, em grande medida, dependente do bibliotecário, da sua capacidade de comunicar e do seu empenhamento social; promover um sistema aberto da sua instituição é dever de todo o profissional da informação. A inacessibilidade pode revestir as mais diversas formas e pode, com alguma frequência, ser imputada ao próprio bibliotecário. E a inacessibilidade é, sem dúvida, a pior inimiga da biblioteca, já que põe em causa a sua razão de existir; é a difusão que a justifica e a sua vida e a sua dinâmica podem ser medidas em termos de acesso. Se não tem acesso é uma biblioteca morta. A questão do acesso é de importância capital uma vez que dela depende a sobrevivência da biblioteca. Neste sentido o texto de Umberto Eco é de um simbolismo fantástico quando nos coloca, impoten-